



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E
TRADICIONAIS**

REQUERIMENTO N.º , de 2026
(Do Sr. Dorinaldo Malafaia)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a proteção, valorização e revitalização das línguas indígenas e dos saberes tradicionais dos povos originários.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 24, III, 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada audiência pública com o objetivo de debater a preservação, valorização e revitalização das línguas indígenas e dos saberes tradicionais dos povos originários, bem como discutir políticas públicas voltadas à promoção da diversidade linguística e cultural brasileira.

Para tanto, propõe-se sejam convidados os seguintes representantes:

- Ministério dos Povos Indígenas;
- Ministério da Educação;
- Ministério da Cultura;
- Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI;
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN;
- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB;
- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB;
- Universidade de Brasília – UnB (especialistas em linguística indígena).

Justificativa

O Brasil é um dos países com maior diversidade linguística do mundo, reunindo centenas de línguas indígenas que representam patrimônio histórico, cultural e imaterial de valor inestimável. Cada língua originária traduz formas próprias de compreender a natureza, organizar a vida em comunidade, transmitir conhecimentos ancestrais e preservar a memória coletiva dos povos indígenas.

Entretanto, muitas dessas línguas encontram-se em risco de desaparecimento em decorrência da redução do número de falantes, das transformações sociais, da urbanização, da perda dos territórios tradicionais e das dificuldades de acesso a políticas públicas voltadas à valorização das identidades culturais. O desaparecimento de uma





CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

língua representa também a perda de conhecimentos sobre biodiversidade, medicina tradicional, manejo sustentável dos recursos naturais e história dos povos originários.

A Constituição Federal assegura aos povos indígenas o direito de manter suas organizações sociais, costumes, línguas, crenças e tradições, cabendo ao Estado desenvolver políticas que garantam a preservação desse patrimônio cultural. Da mesma forma, a educação escolar indígena diferenciada deve promover o ensino bilíngue e intercultural, fortalecendo as identidades dos povos originários e assegurando a transmissão dos conhecimentos tradicionais às novas gerações.

É fundamental ampliar os investimentos na formação de professores indígenas, na produção de materiais didáticos em línguas originárias, na documentação linguística, na pesquisa científica e em iniciativas de fortalecimento cultural conduzidas pelas próprias comunidades. Essas ações contribuem para preservar a diversidade cultural brasileira e fortalecer a autonomia dos povos indígenas.

A presente Audiência Pública permitirá reunir representantes do poder público, pesquisadores, linguistas, universidades, organizações indígenas e lideranças tradicionais para discutir estratégias voltadas à preservação das línguas indígenas e à valorização dos conhecimentos tradicionais, contribuindo para o aperfeiçoamento das políticas públicas destinadas à promoção da diversidade cultural.

Sala das Comissões, em 06 de julho de 2026.

Dorinaldo Malafaia
Deputado Federal – PDT/AP

